

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 09/2020
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A TÍTULO ONEROSO

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela **Portaria nº. 022 de 24 de janeiro de 2020**, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e Lei Municipal nº. 1.002 de 04 de fevereiro de 2020, e demais legislações aplicáveis, torna pública a realização de Licitação, no dia **10 de março de 2020, às 09:00 horas**, nas dependências da Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, paraná, situada na Avenida Iguaçu, nº. 750, centro, na modalidade Concorrência, Concessão de Direito Real de Uso, a titulo oneroso, de uma área de 600m² (seiscentos metros quadrados), onde consta um barracão industrial pré-moldado de alvenaria, com cobertura de estrutura metálica, medindo 300m² (trezentos metros quadrados) que   parte constante do Lote Urbano n  01 da quadra n  01 (um) do Loteamento Social Jardim Floresta, da Colônia Missões, Matrícula n  20.816 – CRI de Salto do Lontra-PR, para fins de instala o de fábrica da área têxtil, visando a urbaniza o e industrializa o desta municipalidade, conforme expressamente indica o artigo 7  do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967, nas condi es fixadas neste Edital e anexos, e conforme a Lei Municipal n . 1.002 de fevereiro de 2020.

2. DO ENCERRAMENTO E DA ABERTURA

2.1. A Comissão Permanente de Licita o receberá os documentos e propostas em sessão pública a ser realizada, conforme abaixo indicado:

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste – Paraná, departamento de Licita es.

DATA DE ABERTURA:  s 09:00 horas do dia 10 de março de 2020.

2.2. Ocorrendo decreta o de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realiza o deste evento na data acima mencionada, a Licita o ficará automaticamente prorrogada para o 1  (primeiro) dia útil subsequente, independentemente de nova comunica o.

3. OBJETO

3.1. A presente Licita o tem por objeto a: Concessão de Direito Real de Uso, a titulo oneroso, de uma área de 600m² (seiscentos metros quadrados), onde consta um barracão industrial pré-moldado de alvenaria, com cobertura de estrutura metálica, medindo 300m² (trezentos metros quadrados) que   parte constante do Lote Urbano n  01 da quadra n  01 (um) do Loteamento Social Jardim Floresta, da Colônia Missões, Matrícula n  20.816 – CRI de Salto do Lontra-PR. Este ato visa a urbaniza o e industrializa o desta municipalidade, conforme expressamente indica o artigo 7  do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967, nas condi es fixadas neste Edital e anexos, conforme a Lei Municipal n . 1.002 de 04 de fevereiro de 2020.

3.2. A presente concessão de uso será mediante compensa o por meio de aluguel, estipulado em R\$490,00 (quatrocentos e noventa reais) a serem pagos mensalmente, conforme especificado na minuta do contrato.

4. DISPONIBILIZA O DO EDITAL

4.1. O presente Edital encontra-se   disposi o para verifica o por parte dos interessados na Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, Avenida Iguaçu, n . 750, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min horas e das 13h30min às 17h30min horas, a partir do dia 10 de fevereiro de 2020, e também disponível no site do município no seguinte endereço <http://www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br/>, na aba Licita es.

5. CONDI ES PARA PARTICIPA O NA LICITA O

5.1. Poderão participar da presente Licita o, todos os interessados pessoa jurídica, cujo ramo seja pertinente ao objeto desta Licita o.

5.2. Não poderão participar da presente Licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93.

5.3. Na presente Licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

6. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES (DOCUMENTOS APRESENTADOS FORA DOS ENVELOPES)

a) **Fotocópia da carteira de identidade**, ou outro documento equivalente, de preferência com foto;

b) **Carta Credencial** a onde constem os dados do representante da empresa o qual irá participar do certame, conforme Anexo do edital.

6.1. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)

6.2. Poderá participar do presente Edital qualquer empresa do ramo pertinente ao objeto licitado, desde que apresente os documentos a seguir descritos, em original ou fotocópia autenticada em Cartório ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis), da proponente, em única via.

6.3. Deverão ser juntados no Envelope nº. 01 (habilitação) os documentos relacionados nos itens a seguir, comprobatórios da habilitação da proponente à contratação ora licitada.

6.4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, demonstrando possuir em seu objeto social ramo de atividade têxtil ou descrição semelhante;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com objeto social correlato com o fim desta lei;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, demonstrando possuir em seu objeto social atividade na área têxtil ou descrição semelhante, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.

6.5. Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que a proponente tenha em seu objeto social a atividade definida no objeto deste Edital.

6.6. DA REGULARIDADE FISCAL:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, demonstrando possuir seu objeto social correlato com esta licitação;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com validade na data da realização da licitação;

c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual se houver, e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

d) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal);

e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei;

f) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa proponente;

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.7. Os documentos, quando emitidos via Internet, ficarão condicionados à verificação da sua validade.

6.8. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial com seus termos de abertura e de fechamento, bem como as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e assinados por pessoa habilitada, apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerradas há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da Proposta.

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da proponente com prazo de expedição não superior a sessenta dias da abertura das propostas.

c) Certidão Negativa de protesto, expedida pelo cartório da sede da proponente;

6.9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Declaração de que a empresa cumpre o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal 9.854/99 em anexo ao edital;

b) Declaração de que não está impedido de contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, na forma do anexo deste edital;

c) Declaração de não parentesco, conforme anexo deste edital;

d) Declaração de que cumprirá com o pagamento mensal do aluguel, estipulado em R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais), conforme previsto no art. 6º, § único, da Lei Municipal nº. 1.002, de 04 de fevereiro de 2020, em anexo ao edital, nas datas estipuladas no contrato.

6.9.1. Serão considerados inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios;

6.9.2. Os documentos acima mencionados deverão estar com prazo vigente e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório competente. Lembrando que os documentos de habilitação não serão autenticados por servidor da Administração.

6.9.3. O conteúdo constante nas declarações apresentadas pelas proponentes é de total responsabilidade do declarante. Sendo assim, na hipótese de apresentação de declarações com conteúdo falso, o licitante poderá ser inabilitado e sofrer as sanções previstas em lei.

OBS: Será julgado inabilitado o proponente que:

- Deixar de atender qualquer exigência contida neste instrumento;

- Colocar documentos em envelopes trocados, ou seja, documentação de habilitação no envelope de Proposta, ou vice-versa;

- Apresentar documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

7. DA PROPOSTA (ENVELOPE N.º 2)

a) Deve constar o termo de compromisso, com firma reconhecida, informando o número de empregos que serão gerados pela proponente, observando o limite mínimo estabelecido pela Lei Municipal 1.002/2020, conforme modelo constante no Anexo do edital.

OBS: Será julgada desclassificada a proposta que:

- Não atenda às condições estipuladas nesta Concorrência Pública;
- Apresentar o termo de compromisso sem firma reconhecida, ou sem atender o número mínimos de empregados.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

8.1. Os envelopes contendo a proposta e os documentos deverão ser entregues na data, horário e local indicado no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados e lacrados, contendo os seguintes dizeres:

**AO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
CONCORRENCIA PÚBLICA N°. 01/2020
ENVELOPE N°. 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: (NOME DA EMPRESA)**

**AO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
CONCORRENCIA PUBLICA N°. 01/2020
ENVELOPE N°. 02 – PROPOSTA
PROPONENTE: (NOME DA EMPRESA).**

8.2. Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma carta de credenciamento, a qual deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitação, antes da abertura dos envelopes.

8.3. A participação neste Edital de Licitação importa a proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como observância nos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

8.4. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação, perante a Administração, a proponente que, os tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que viciaram, hipóteses em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.5. A impugnação de que trata o item acima, se houver, deverá ser apresentada de conformidade com parágrafo 1º, do artigo 41, da Lei nº. 8.666/93.

9. DA REPRESENTAÇÃO DA PROPONENTE:

9.1. Na hipótese de a proponente não estar representada na licitação por Administrador expressamente nomeado no estatuto ou contrato social, a mesma poderá fazer-se representar por elemento credenciado, por carta ou por procuração, onde contenha o número de sua cédula de identidade que deverão ser apresentados na ocasião, ficando retido o credenciamento.

9.2. É recomendável estar presente, para participar do processo de abertura dos envelopes, um representante de cada proponente, devidamente credenciado e identificado.

9.3. Não será permitida a participação, no processo licitatório, de mais de um representante em nome de cada proponente.

9.4. Durante os trabalhos, só será permitida manifestação oral ou escrita do representante legal ou credenciado pela proponente.

10. DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

10.1. No dia, hora e local designado neste edital, na presença dos proponentes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a Comissão Permanente de Licitação, processará a análise e julgamento dos documentos de habilitação e propostas de preços.

10.2. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo a documentação de habilitação. Caso a Comissão Permanente de Licitação julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise da documentação de habilitação, e realizar diligências e consultas, marcando nova data e horário para prosseguimento dos trabalhos, comunicando sua decisão às proponentes.

10.3. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, todos os documentos e os envelopes que contenham as propostas, devidamente fechados, deverão ser devidamente rubricados pela Comissão Permanente de Licitação e proponentes presentes, ficando em poder daquela até que seja decidida a habilitação.

10.4. Depois de conferida e apreciada a documentação pela Comissão Permanente de Licitação, o resultado será anunciado na própria sessão ou em outra, que se realizará em data fixada na ata, para a qual todos os participantes serão intimados na própria ata, consignando-se nela os licitantes que foram habilitados e os que não, com a indicação precisa dos nomes das empresas e dos dispositivos do edital e/ou da Lei 8.666/93 desatendidos pelos inabilitados.

10.5. A Comissão manterá em seu poder as propostas das proponentes inabilitadas, com os envelopes n°. 02 (Proposta) devidamente fechados e rubricados, até o término recursal, de que trata o inciso I, art. 109, da Lei n°. 8.666/93.

10.6. Da reunião para recebimento e abertura dos documentos de habilitação e proposta, serão lavradas Atas circunstanciadas e distintas, que mencionarão todas as proponentes, os documentos e as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, cujas Atas serão assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e por todos os proponentes presentes.

10.7. Não serão levadas em consideração as declarações feitas posteriormente.

10.8. Não havendo proponente inabilitada ou se todas as inabilitadas manifestarem desistência, expressamente, em interpor recurso, intenção essa que deverá constar da Ata assinada por todos os proponentes presentes, proceder-se-á a imediata abertura dos envelopes contendo as propostas de preços das empresas habilitadas, sendo as mesmas rubricadas folha por folha por todas as participantes, na presença da Comissão Permanente de Licitação, que, igualmente, as rubricará.

10.9. O não comparecimento da proponente ao ato de abertura da proposta, ou falta de sua assinatura na respectiva Ata, implicará em aceitação das decisões da Comissão Permanente de Licitação.

10.10. Depois da hora marcada para recebimento dos documentos e proposta, nenhum documento ou proposta será recebido pela Comissão Permanente de Licitação.

10.11. Fica sem o direito de reclamar contra o processamento da presente licitação a proponente que se recusar a rubricar as propostas apresentadas ou, no caso de ocorrer o previsto no item 10.7, houver assinado a Ata.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

11.1. A forma de escolha da empresa vencedora será através da apresentação de maior número de empregados, sendo comprovado mediante termo de compromisso com firma reconhecida, assumindo a colocação de, no mínimo, 20 (vinte) empregados, no prazo de 01 (um) ano, a contar da assinatura do contrato de concessão.

11.2. Implicará na inabilitação da proponente a colocação de documentos em envelopes trocados.

11.3. Atendidas as condições de julgamento do objeto deste edital, serão adjudicados na totalidade à proponente cuja proposta seja considerada vencedora.

11.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e as exigências contidas neste Edital e seus anexos, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultarem o julgamento, bem como, aquelas que apresentarem condições inexequíveis.

11.5. No caso de todos os proponentes serem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos proponentes o prazo de 08 (oito) dias úteis, para apresentação de nova documentação

ou de novas ofertas, respeitando o disposto no parágrafo único do Artigo 48 da lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

11.6. No caso de absoluta igualdade de condições entre 02 (duas) ou mais propostas, a decisão será por sorteio, em ato público, na presença das proponentes interessadas, obedecido ao parágrafo 2º, do artigo 3º, e Parágrafo 2º, do artigo 45º, da Lei Federal nº8.666/93.

11.7. Não será levada em consideração, para efeito de julgamento, a proposta que contenha vantagem não prevista no edital.

11.8. Caberá à Comissão Permanente de Licitação proceder ao julgamento da presente licitação, submetendo o seu resultado à consideração do Prefeito Municipal com vistas à homologação da adjudicação.

11.9. A Administração, até a assinatura do “Contrato”, ou a qualquer tempo, poderá desclassificar a proponente vencedora, mediante despacho fundamentado sem que caiba direitos a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso tenha conhecimento de qualquer circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade financeira, técnica, ou administrativa.

11.10. A decisão da Comissão Permanente de Licitação somente será considerada definitiva, após homologação realizada pelo Prefeito Municipal.

11.11. Poderão ser desclassificadas quaisquer propostas por critério de ordem técnica, administrativa ou jurídica, devidamente fundamentado sempre ao amparo do disposto nas Leis Federais nº. 8.666/93 e 8.883/94.

12. DOS RECURSOS

12.1. Dos atos praticados pela Administração decorrentes da presente licitação, cabem:

a) Recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

a.1) habilitação ou inabilitação do proponente;

a.2) julgamento das propostas;

a.3) anulação ou revogação da licitação;

a.4) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;

a.5) rescisão do contrato.

b) Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

12.2. A intimação dos atos referidos nas alíneas “a.1”, “a.2”, “a.3” e “a.5”, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e na alínea “b”, será feita mediante publicação na imprensa oficial ou, se presentes os prepostos das proponentes no ato em que foi adotado a decisão, por comunicação direta aos interessados, mencionando-se o fato na respectiva Ata.

12.3. Os recursos previstos nas alíneas “a.1” e “a. 2” do subitem 12.1 alínea “a”, terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente razões de interesse público, atribuir aos demais eficácia suspensiva.

12.4. Interposto o recurso, será comunicado aos demais proponentes, que poderão apresenta-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. Os recursos deverão ser propostos por escrito e dirigidos ao Prefeito Municipal, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, devidamente informado à autoridade superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.6. É vedada à proponente a utilização de recurso ou de impugnações como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da licitação. Identificado tal comportamento, poderá a Comissão Permanente de Licitação arquivar sumariamente os expedientes ou, se for o caso, propor a aplicação ao autor às sanções cabíveis.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo legal não serão levados em consideração.

13. DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

13.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, à proponente adjudicada que descumprir as condições deste Edital de Licitação, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

a) Multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para o caso de ocorrer recusa injustificada ou desinteresse para assinatura do mesmo.

13.2. Em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a Administração terá, garantida a prévia defesa, a possibilidade de aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c) Declaração de Inidoneidade.

13.3. Em caso de inadimplemento contratual por parte da CONTRATADA, que resulte na rescisão contratual, será cobrado daquela que der causa uma multa correspondente a 1,0% (um por cento) do valor total da concessão de direito real de uso, devidamente atualizado, e que deverá ser quitada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

13.4. Todas as multas serão aplicadas em dobro se houver reincidência.

13.5. As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui outra.

13.6. Os valores das multas serão descontados de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, não se efetuando qualquer pagamento de fatura, enquanto referida multa houver sido paga ou revelada a penalidade aplicada.

13.7. A aplicação das penalidades estabelecidas no presente Edital é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal.

13.8. Não serão aplicadas as multas decorrentes de “casos fortuitos” ou “força maior”, devidamente comprovados.

14. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS:

14.1. As obrigações contratuais são as descritas nas respectivas cláusulas da minuta contratual em anexo ao edital e seu (s) anexo(s), se houver, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste Edital.

15. DO CONTRATO:

15.1. Será firmado contrato, nos termos da minuta contratual em anexo ao edital, que constitui parte integrante do presente Edital, cujas cláusulas e condições são reguladas pela Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações decorrentes da Lei n°. 8.883, de 08 de junho de 1994.

15.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela proponente vencedora, que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

15.3. O Município de Nova Esperança do Sudoeste convocará a proponente vencedora para assinar o “Contrato”, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento de convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº. 8.666/93.

15.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o “Contrato”, conforme estabelecido no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as penalidades a que se refere à Lei nº. 8.666/93.

15.5. É facultado à Administração, quando a convocada não assumir o “Termo Contratual” no prazo e condições estabelecidos, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira colocada, ou revogar a licitação independente da cominação prevista no artigo 81, da Lei nº. 8.666/93.

15.6. É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não cumprir com a proposta nos prazos previstos neste Edital, convocar as remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira colocada.

15.7. O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela proponente durante o seu transcurso e desde que seja apresentado motivo devidamente justificado.

15.8. Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com o Município de Nova Esperança do Sudoeste, a adjudicatária que, nos termos do parágrafo 32, do Artigo 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante, respectivamente, a apresentação das negativas em vigor.

15.9. Após a assinatura do contrato de concessão de direito real de uso, fica a empresa vencedora obrigada a apresentar anualmente a Certidão da Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal); Certidão da Fazenda Estadual, mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei; Certidão da Fazenda Municipal, mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa proponente; Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, além da apresentação da certidão negativa da Justiça do Trabalho, referente à ação trabalhista em trâmite. Além disso, deve apresentar documento comprobatório de que está cumprindo com o seu compromisso celebrado referente ao número de empregos que se comprometeu em gerar.

15.10. A empresa deverá apresentar as certidões até o dia 31 de cada ano civil, sob pena de rescisão do contrato de concessão de direito real de uso.

15.11. É vedada a sub-contratação ou transferência do presente contrato, sem autorização escrita do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR.

16. DOS PRAZOS:

16.1. O prazo da concessão de direito real de uso será de 10 (dez) anos, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado por igual período se a concessionária cumprir os encargos estabelecidos no contrato de concessão.

16.2. O prazo para início dos trabalhos da empresa vencedora é de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato, sob pena de convocação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar o contrato por igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, de conformidade com o presente Edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no Art.81 da Lei nº. 8.666/93;

17. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO:

17.1 Por razões de interesse público, ou em decorrência de fato superveniente, a Administração poderá revogar ou anular a presente licitação, sem que tal ato possa gerar obrigação de indenização, ressalvando o disposto no parágrafo único, do artigo 59, da Lei Federal nº8.666/93.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1. O Município de Nova Esperança do Sudoeste poderá tolerar o não cumprimento de alguma exigência de caráter eminentemente burocrático, descrito no presente edital, desde que tal tolerância venha em defesa dos interesses do Município e não se constitua num desvio substancial da proposta.

18.2. Nenhuma indenização será devida às proponentes em razão da elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando-se a proponente às sanções previstas nos artigos 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.4. A apresentação da proposta de preços será considerada como evidência de que a proponente examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, e obteve informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la, e considerou que os elementos desta licitação lhe permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

18.5. A proponente vencedora assumirá integralmente e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que por ventura venham a incidir sobre o objeto do presente Edital.

18.6. Atendida a conveniência administrativa, ficam as proponentes vencedoras obrigadas a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões de que trata o parágrafo 12, do artigo 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

18.7. O Envelope nº.2 – Proposta, da proponente inabilitada, não retirado pelo representante da interessada na data da abertura das demais propostas, ficará em poder da Comissão Permanente de Licitação, devidamente “lacrado” e à disposição da empresa durante 10 (dez) dias corridos a contar da citada data. Findo este prazo, será providenciada a remessa do mesmo à proponente interessada, através dos Correios, adotando-se a precaução de praxe.

18.8. É facultada a Comissão Permanente de Licitação em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

18.9. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação.

18.10. Na contagem dos prazos estipulados na presente licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

18.11. Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, reservando-se ainda ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, o direito de revogar no todo ou em parte o presente Edital, sem que dessa sua decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou indenização por parte das proponentes.

18.12. Fazem parte integrante deste edital os seguintes elementos:

Anexo I – Carta Credencial

Anexo II – Declaração de recebimento de documentos

Anexo III – Termo de renúncia

Anexo IV – Declaração de concordância e aceitações gerais

Anexo V – Declaração de atendimento ao edital

Anexo VI – Declaração de Fato Impeditivo de Habilitação

Anexo VII – Declaração de atendimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXII da CF/88.

Anexo VIII – Declaração Lei Complementar nº.123/2006

Anexo IX – Declaração de não parentesco

Anexo X – Declaração De Cumprimento Ao § Único Art. 6 Da Lei Municipal 1.002/2020

Anexo XI - Termo De Compromisso

Anexo XII – Minuta do contrato

18.13. Os anexos deverão estar colocados junto ao envelope da habilitação, exceto aqueles exigidos fora do envelope ou no envelope da proposta.

18.14. O Município de Nova Esperança do Sudoeste se reserva o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente Licitação, sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

18.15. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira, no Departamento de Licitações, na Avenida Iguaçu, 750, Centro, Nova Esperança do Sudoeste – PR, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone (46) 3546-1144, quanto aos pedidos de esclarecimentos os mesmos deverão ser enviados por escrito através de endereço eletrônico ou protocolados no setor de tributação deste Município.

Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná em 05 de fevereiro de 2020.

JAIR STANGE
Prefeito Municipal

DIRCEU BONIN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I

CARTA – CREDENCIAL

À Comissão de Licitação

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: CONCORRENCIA Nº 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2020

Prezados Senhores,

O abaixo assinado (inserir o nome completo), carteira de identidade (inserir numero e órgão emissor), na qualidade de responsável legal da proponente (inserir nome da proponente), vem, pela presente, informar a Vossa Senhoria que o Senhor (inserir o nome completo) carteira de identidade (inserir o numero e órgão emissor), é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, para assinar as atas e demais documentos, e com poderes para renunciar prazos recursais a que se referir a licitação em epigrafe.

Atenciosamente

_____, em ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

À Comissão de Licitação

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: CONCORRENCIA Nº 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2020

O signatário da presente, o senhor (inserir nome completo), representante legalmente constituído da proponente (inserir nome da proponente), declara que a mesma recebeu toda documentação relativa (inserir nome do objeto) da Concorrência Publica supramencionada.

_____, em ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO III

TERMO DE RENUNCIA

À Comissão de Licitação

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: CONCORRENCIA Nº 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2020

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade **Concorrência Pública nº. 01/2020**, por seu representante credenciado, declara na forma e sob as penas impostas na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso de procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de propostas de preços dos proponentes habilitados.

_____, em ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIAS E ACEITAÇÕES DAS CONDIÇÕES GERAIS

À Comissão de Licitação

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: CONCORRENCIA Nº 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2020

O signatário da presente, em nome da empresa concorrente da Concorrência Pública nº 01/2020 para todos os fins legais e necessários declara que:

Concorda com todos os aspectos e termos do Edital Concorrência Pública nº. 01/2020 e com seus respectivos documentos e anexos, qualquer decisão que venha ser tomada pelo Município com relação aos proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas e demonstram possibilidade de atender o solicitado.

Submete-se a automática desclassificação caso haja pedido de falência, concordata ou incapacidade técnica, jurídica, financeira e irregularidades Fiscais no decorrer da fase licitatória.

Concorda com a decisão que vier a ser tomada pelo Município com relação à adjudicação do objeto da presente, bem como da ordem de classificação das propostas que forem julgadas de acordo com os interesses da Administração.

Renuncia qualquer indenização ou compensação, a qualquer título ou pretexto, em decorrência da participação desta empresa na presente Licitação.

_____, em ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO EDITAL

À Comissão de Licitação

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: CONCORRENCIA Nº 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2020

(Nome da Empresa) , neste ato representada por, (Nome do Responsável ou Representante Legal), CPF sob nº, abaixo assinado, declara:

Que assume inteira responsabilidade pela veracidade de todos os documentos apresentados:

Que se vencedora da licitação, atenderá a todas as exigências e especificações estabelecidas neste Edital, e seus anexos;

_____, em ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO IMPEDITIVO

À Comissão de Licitação

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: CONCORRENCIA Nº 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2020

Para fins de participação, no Edital de **Concorrência Pública nº. 01/2020**, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa/impedida de contratar em nenhum órgão público, seja no âmbito, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Artigo 32 – Parágrafo 2º da Lei Federal nº. 8.666/93.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, em ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º XXXII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

À Comissão de Licitação

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: CONCORRENCIA Nº 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2020

A Empresa (.....) devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº. (.....), localizada (.....), na cidade de (.....), neste ato representada pelo Senhor (.....), portador do CPF/MF sob nº.(.....) e Cédula de Identidade nº. (.....), residente e domiciliado na (.....), **DECLARA** para os devidos fins de direito que a empresa cumpre o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº.9.854/99.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA

À Comissão de Licitação

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: CONCORRENCIA Nº 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2020

A empresa (.....) CNPJ (.....) Inscrição Estadual (.....) situada na (.....) cidade de (.....) Estado de (.....) neste ato representado por (.....) (nacionalidade).....(estado civil),(profissão), portador (a) do CPF/MF sob n°. (.....) e Cédula de Identidade n°. (.....), DECLARO para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a empresa ora mencionada é classificada como Micro Empresa e/ou empresa de Pequeno Porte, conforme a Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

Assim sendo, fico ciente de que caso as informações aqui prestadas não forem verdadeiras, sofrerá as penalidades da lei.

E por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

À Comissão de Licitação

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: CONCORRENCIA Nº 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2020

Declaro para os devidos fins de direito e sob as penas da Lei, que a empresa interessada em participar do presente certame que não possui em seu quadro societário servidor ou empregado público da ativa ou empregado de empresa pública e que não tem parentesco com a Administração Pública Municipal.

_____, em ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO § ÚNICO ART. 6 DA LEI MUNICIPAL 1.002/2020

À Comissão de Licitação

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: CONCORRENCIA Nº 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2020

A empresa (.....) CNPJ (.....) Inscrição Estadual (.....) situada na (.....) cidade de (.....) Estado de (.....) neste ato representado por (.....) (nacionalidade).....(estado civil),(profissão), portador (a) do CPF/MF sob n°. (.....) e Cédula de Identidade n°. (.....), DECLARA para os devidos fins de direito, estar ciente do disposto no art. 6º § único da lei municipal nº 1.002/2020, e que caso me torne vencedora do presente certame cumprirei com a obrigação do pagamento mensal do valor de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) referente ao aluguel do imóvel, e estando ciente que o não cumprimento desta poderá gerar a revogação do contrato.

_____, em ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO XI

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede (endereço),(UF), neste ato representada pelo(a) Sr., portador(a) do CPF/MF sob nº, e cédula de identidade nº(órgão emissor), residente e domiciliado na(endereço), firma o presente TERMO DE COMPROMISSO perante ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.589.289/0001-32 com sede administrativa na Avenida Iguazu, nº 750, Centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do PR. Neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR STANGE, portador do CPF/MF nº 945.222.439-87 e RG nº 5.882.605-7 SSP/PR, nos termos da **licitação Modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2020 – PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2020**, conforme obrigações a seguir expressas:

CLAUSULA PRIMEIRA: Concessão de Direito Real de Uso, a título oneroso, de uma área de 600m² (seiscentos metros quadrados), onde consta um barracão industrial pré-moldado de alvenaria, com cobertura de estrutura metálica, medindo 300m² (trezentos metros quadrados) que é parte constante do Lote Urbano nº 01 da quadra nº 01 (um) do Loteamento Social Jardim Floresta, da Colônia Missões, Matrícula nº 20.816 – CRI de Salto do Lontra-PR, para fins de instalação de fábrica da área têxtil. Visando a urbanização, industrialização, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social, conforme expressamente indica o artigo 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967, nas condições fixadas neste Edital e anexos, conforme a Lei Municipal nº. 1.002 de 04 de fevereiro de 2020.

CLAUSULA SEGUNDA: Se me consagrar vencedora do presente certame a empresa (nome da empresa), assume o compromisso de geração de empregos ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, sendo assim a quantidade de mão de obra a ser empregada é de (mínimo é de 20 empregados), devidamente registrados para o exercício da atividade, no prazo máximo de um ano, a contar da assinatura do contrato de concessão.

CLAUSULA TERCEIRA: A empresa XXXXXXXX..... tem pleno conhecimento de que o Município de Nova Esperança do Sudoeste, convocará a proponente vencedora para assinar o “contrato”, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar de recebimento de convocação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízos das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA QUARTA: Também tem pleno conhecimento de que é facultada a administração, quando a convocada não assumir o “TERMO CONTRATUAL” no prazo e condições estabelecidos, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira colocada, ou revogar a licitação independente da cominação prevista no artigo 81, da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA: Outrossim, tem pleno conhecimento que é facultado a Administração, quando a proponente vencedora não cumprir com a proposta, nos prazos previstos neste edital, convocar as remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira colocada.

_____, em ____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal com firma reconhecida
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO XII

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO N°XXXXXXX
CONCORRENCIA PUBLICA N°. 01/2020
PROCESSO LICITATORIO N° 09/2020**

O **MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Publico Interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n°. 95.589.289/0001-32, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **JAIR STANGE**, inscrito no CPF/MF sob n°. 945.222.439-87 e abaixo assinado, com suas atividades na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Iguçu, 750, denominado de **CONCEDENTE** e XXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n°. xxxxxxxx e Inscrição Estadual n°. xxxxxxxx, situada na xxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx, neste ato representada pelo Senhor xxxxxxxxxxxx, devidamente inscrito no CPF/MF sob n°. xxxxxxxxxxxx e Cédula de Identidade n°. xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxx, doravante denominada de **CONCESSIONARIA**, com fundamento no artigo 23, § 3º, da Lei Federal n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei Municipal n°. 1.002 de 04 de fevereiro de 2020, assim como pelas condições expressas da Concorrência Publica n°. 01/2020, tendo ainda justo e contratado as clausulas que se enunciam a seguir e que mutuamente outorgam:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a Concessão de Direito Real de Uso, a titulo oneroso, de uma área de 600m² (seiscentos metros quadrados), onde consta um barracão industrial pré-moldado de alvenaria, com cobertura de estrutura metálica, medindo 300m² (trezentos metros quadrados) que é parte constante do Lote Urbano nº 01 da quadra nº 01 (um) do Loteamento Social Jardim Floresta, da Colônia Missões, Matrícula nº 20.816 – CRI de Salto do Lontra-PR, para fins de instalação de fabrica da área têxtil. Visando a urbanização, industrialização, desta municipalidade, conforme expressamente indica o artigo 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967, nas condições fixadas neste Edital e anexos, conforme a Lei Municipal nº. 1.002 de 04 de fevereiro de 2020.

PARAGRAFO ÚNICO: Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigações às partes em todos os termos, as condições expressas na Concorrência Publica n°. 01/2020, juntamente com seus anexos, proposta da CONTRATADA e ata de abertura de julgamento.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

A presente concessão de direito real de uso do imóvel conforme descrito na cláusula anterior se destina à instalação de fabrica da área têxtil visando à urbanização, industrialização, desta municipalidade.

CLAUSULA TERCEIRA – DA VIGENCIA

A presente concessão de direito real de uso é feita a titulo oneroso por um prazo de 10 (dez) anos, podendo ser renovado por igual período se a concessionária cumprir os encargos estabelecidos no contrato de concessão, conforme artigo 6º § único e artigo 8º da Lei Municipal nº. 1.002 de 04 de fevereiro de 2020.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

A presente Concessão de Direito Real de Uso se fará ante as seguintes condições a serem cumpridas pela Concessionária:

I – pagamento do aluguel mensal, no valor de R\$ 490,00 (quatrocentos e novena reais) o qual deve ser responsável de comparecer até o quinto dia útil do mês subsequente para retirar a guia de pagamento, cujo vencimento será até o décimo dia útil do mês. Quanto o reajuste este poderá ocorrer após 12 (doze) meses da vigência contratual, através do INPC – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

II - pagamento de tarifas de água, energia, internet e telefone.

II - A Concessionária fica obrigada a registrar o presente contrato no Cartório de Títulos e Documentos, estando ciente de que nos prazos estabelecidos em lei devera honrar com o compromisso assumido no termo de compromisso apresentado durante o processo licitatório, sob pena de rescisão contratual caso não esteja cumprindo.

III - A Concessionária responsabilizar-se-á pelos pagamentos de taxas, impostos ou quaisquer tributos incidentes sobre o imóvel objeto da presente concessão.

IV - Fica a Concessionária após a assinatura do contrato de concessão de direito de uso, obrigada a apresentar anualmente a Certidão da Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal); Certidão da Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei; Certidão da Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa proponente; Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, além da certidão negativa da justiça do trabalho, referente a ação trabalhista em trâmite, nos termos do artigo 9º da lei municipal 1.002/2020.

V - A Concessionária deverá apresentar as certidões até o dia 31 de cada ano civil, sob pena de rescisão do contrato de concessão de direito real de uso, conforme previsão no artigo 10 da lei municipal 1.002/2020.

VI – Fulcro o § único art. 9º da lei municipal 1.002/2020, a Concessionária fica obrigada a apresentar documento comprobatório de que esta cumprindo com seu compromisso celebrado ao numero de empregos que assumiu gerar no termo de compromisso.

VII – Fica a concessionária obrigada a iniciar as atividades previstas no art. 1º da lei municipal 1.002/2020 no prazo de 06 (seis) meses, contados da assinatura deste contrato, nos termos do art. 16 desta mesma lei.

CLAUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

O licitante vencedor estará sujeito às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, seus parágrafos e incisos.

Parágrafo Primeiro: Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades, a serem apuradas na forma a saber:

- a) multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia consecutivo que se exceder à data prevista para execução do objeto;
- b) multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato quando, por ação, omissão, negligência, imprudência ou imperícia, a Contratada infringir quaisquer das obrigações contratuais;
- c) multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato quando a Contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, sem a autorização do Contratante, devendo executar o objeto no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da aplicação da multa, sem prejuízo das demais sanções contratuais;
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor contratual quando a Contratada der causa à rescisão contratual;
- e) a suspensão do direito de participar em licitações e contratos advindos de recursos do Contratante ou de qualquer órgão da Administração direta ou indireta, pelo prazo de até dois anos quando, por culpa da Contratada, ocorrer a rescisão contratual ou a declaração de inidoneidade, por prazo a ser definido pelo Contratante proporcional à gravidade da infração cometida pela Contratada.

Parágrafo Segundo: As multas acima mencionadas serão cobradas de acordo com o previsto na Lei nº 8.666/1993 e demais legislações vigentes aplicáveis ao caso.

Parágrafo Terceiro: Caso as multas não sejam recolhidas dentro do prazo determinado, as mesmas poderão ser cobradas por via judicial.

Parágrafo Quarto: As penalidades previstas poderão cumular-se, e o montante da multa não excederá 30% (trinta por cento) do valor contratual. Ainda, não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato.

CLAUSULA SEXTA: O presente contrato de concessão de direito real de uso, será registrado em livro especial no cartório imobiliário competente, tanto para sua constituição quanto para o seu cancelamento.

PARAGRAFO ÚNICO: Desde a inscrição da concessão a Concessionária fruirá plenamente do imóvel para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos, civis, administrativos, tributários e trabalhistas, que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

CLAUSULA SÉTIMA: A concessionária não ficará livre para dar uso e destinação que lhe convier, mas ao contrário, será obrigada a destiná-lo ao fim específico de ramo têxtil, visando resguardar o interesse público que originou a concessão de direito real de uso; sendo que a alteração do objeto ficará condicionada a prévia anuência do Município.

CLAUSULA OITAVA: A concessionária não poderá alienar, transferir, hipotecar ou dar em qualquer garantia, sob pena de resolução da concessão.

CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO: Considerar-se-á rescindido o presente contrato de concessão, independentemente de ato especial, retornando o imóvel ao Concedente, nos seguintes casos:

